

a escola e a nação

Pais e mestres na Educação
 contemporânea

Proprietário Doutor
Luiz Carlos de Aragão

1997

Para quem precisa,
amigo, se quer tanto
se precisa. Do Autor.

“A ESCOLA E A NAÇÃO”

Pais e Mestres na Educação Contemporânea

8/12
97

Professor Doutor Luiz Tarlei de Aragão
Antropólogo

Universidade de Brasília - Faculdade de Educação
Departamento de Teoria e Fundamentos/TEF

Brasília, novembro de 1997

Como marca distintiva maior de sua espécie, o ser humano obrigatoriamente necessita da vida em grupo. Na ausência dessa observância ele sucumbe diante de um fato bastante paradoxal à primeira vista: assim como suas virtualidades intelectivas e afetivo-psicológicas são infinitas, suas capacidades geneticamente reguladas são extremamente, dramaticamente, limitadas.

Assim, se deixarmos um ser humano em idade de aprendizagem sem um suporte um social, genérico, isolado de trocas sociais e amparo afetivo, ele sucumbirá. E, se sobreviver, apresentará reações intelectivas e psíquicas, se pudermos dizer, no máximo, em alguns casos, da ordem daquelas de primatas. E em muitos casos, comportará de maneira a ser reconhecido no máximo como um exemplar qualquer da ordem dos mamíferos superiores.

Paralelamente a esse quadro de patente desfiguração intelecto-afetiva, ocorreriam doenças de ordem orgânica acompanhadas de distúrbios psíquicos. Portanto, não é por mero caso nem por escolha individual e singular, que em todas as partes o Homem nasce dentro de um grupo social - família, grupo doméstico, clã, etc, e, em todas as partes, "pertence" a uma combinação de grupos sociais, que o "sustenta", criando um "quadro de

referências”, de produção de sentido e construção de uma identidade própria e diferenciada.

Ao começo, acredita-se, era a horda selvagem que, ao contrário do que possamos acreditar, não era desprovida de regras nem de interdições, bem como de marcagens, já sócio-intelectivas, tanto de pertencimento, de coesão social, bem como de exclusão e castigo. Ou seja, de solidariedade e de punição por transgressões ou inobservância / incontinência, normativa e corporal.

Certamente, no começo o instrumento materializado dessas disposições traduzia-se pela maça ou tacape, ou porrete, ou borduna, que os mais velhos do grupo empunhavam, para fazer com que essa normatividade primitiva, tanto da ordem do interdito, quanto da coesão e da solidariedade, fosse observada. É bem verdade que uma coisa se juntava à outra: ao poder físico e ao privilégio dos adultos (mais velhos) de deterem os significados da cultura, a codificação cultural (sobretudo no que se refere às “maneiras de fazer” e às “maneiras de compreender”, junta-se, como dissemos acima, a extrema e crítica dependência dos recém-nascidos, jovens e imaturos, de uma forma geral.

É claro que essa configuração se manifesta em outros animais, em certo grau, mas se eles dependem do “leite” (no caso dos mamíferos, pelo menos), nós dependemos do “leite” e do “sentido”.

À medida em que os seres humanos foram se densificando demograficamente e aperfeiçoando seus aparatos técnicos, suas formas de Organização Social, igualmente, tomaram aspectos mais elaborados. O que era antes, por assim dizer, um simples “ajuntamento” ou “conglomerado” de seres humanos, caçadores-coletores primitivos, deslocando-se pelas planícies aluviônicas, pelas bandas das florestas ou ao longo das divisas marinhas, onde os alimentos de toda espécie eram mais abundantes, transforma-se em “tribo” ou num “grupo totêmico”, num primeiro momento, com nome próprio, práticas de sobrevivência e modelo de reprodução social já definidos.

Talves tenha sido nesse exato momento, quem sabe um pouco antes — mas jamais muito depois desse momento, de “consagração” da conformação social gregária e coesa, debaixo de uma “insígnia” ou “brazão” coletivo, - que a Educação, tal como nós a entendemos hoje, tenha se afirmado como necessidade.

Necessidade, justamente, de organizar de forma consciente e controlada a reprodução de um modelo de reprodução social, singular, diferenciado, através de transmissão do conhecimento, da tribo ou do grupo social auto-designado e da introjeção, internalização, de valores, normas e padrões de conduta e de comportamento.

Certamente, nasce aí a “Escola”, não em sua forma atual, mas em seu objetivo e papel: produzir as condições necessárias de reprodução social. Cabe aqui salientar que o próprio acesso socialmente homogêneo ao conjunto de conhecimentos, valores e padrões, produz “per se”, por sim mesmo, por assim dizer, a consciência do pertencimento grupal, à base da “coesão social”.

Os jovens, a partir de um rito de iniciação que os separa do universo doméstico, feminino, formam “grupos de pares” (iguais) que daí, até a idade adulta, irão aprimorar os conhecimentos e a consciência de pertencimento grupal e dívida social, transmitida zelosamente pelos adultos, que os têm sob seus cuidados. Esses adultos, é importante notar, não são seus pais biólogos, mas geralmente tios e tias, maternos e paternos, numa real

configuração de parentesco que a designação atual, em nosso País, de “tio” e “tia” simbólicos, inconscientemente evoca.

Se a vida humana não tivesse uma espécie de “código de mutação social”, como que inscrita em sua própria dimensão genética, por assim dizer, as coisas teriam ficado por aí. Homens de um lado, mulheres de um outro lado, cada qual seguindo um processo de sociabilização, ao mesmo tempo idêntico para todos os membros (consoante a separação sexual e obviamente, etária) e praticamente a cargo de todos os membros do grupo étnico ou da tribo.

Como já chamamos a atenção do leitor para o fato, a crescente complexização dos meios técnicos de produção, do lazer e da guerra, da mesma forma que de outros aparatos materiais, foi acompanhado quase sempre da possibilidade de um crescimento demográfico e da transformação da formação social primitiva. Em muitos casos, esta tomou a forma de confederações tribais, bastante numerosas no noroeste de América do Norte e na África, e em alguns casos, estes já bastante raros (menos de uma dezena, ao todo) tomou a forma das Grandes Civilizações. Das quais as mais conhecidas são a civilização Egípcia, a Civilização Chinesa, a Civilização Indiana e, no chamado Novo Mundo, as civilizações Inca, Astéca e Maia.

A Educação e A Escrita

Interessante é de se notar que, a partir do momento em que se constata o surgimento dessas civilizações, verifica-se igualmente a presença de uma forma mais elaborada de notação ou registro das normas, das leis, dos eventos e, sobretudo do saber, que já passava a ser objeto da prática de um “grupo especializado”: os escribas, sacerdotes e sábios.

Observe-se de passagem que uma das tarefas centrais dos monges, e cristãos, eremitas e renunciantes que se reuniam, “sob as ordens” em mosteiros, abadias e monastérios da Alta Idade Média até o advento do Mundo Moderno, (em que “democratizou” as letras), era simplesmente cópia os clássicos, as chamadas “Escrituras” do Cristianismo, e os livros sábios do Oriente e dos árabes. Muitos deles, aliás, queimados nos séculos XV e XVI, particularmente, por obra da Inquisição.

Essas coisas geralmente andam juntas. De uma parte, a densificação demográfica no interior de espaços físicos que em fim de contas são inexpandíveis, não dilatáveis. De outra, a colocação, portanto, em

contiguidade - muito pela domesticação do cavalo, como foi o caso dos advento dos bárbaros a partir do século II e III D.C., na Europa, e dos mongóis, mais tarde - séculos X D.C. em diante, em todo o Oriente - de populações que apresentavam níveis muitas vezes de extrema disparidade técnico-guerreiro assim como de volumes dos contingentes populacionais, ou estoques étnicos.

Por outro lado esses povos ou etnias não tinham nenhuma razão para conviverem em paz, compartilhando pacificamente um território amplo e agora plenamente balizado, pelas informações que tramitavam num e noutro sentido. Marco Polo, aliás sendo um exemplo cabal dessa virtualidade que existia já bem antes dele no próprio mundo mongol, como nos azimutes árabes e na geografia católica, que se expande firmemente na Europa e até o Mar Egeu e o estreito do Bósforo, exatamente por quase meio milênio.

Ocorre então que ao entrar em contacto, como dizíamos, esses povos, jamais foram imbuidos de valores de igualdade humana e fraternidade, na convivência e na celebração de um Deus comum e de uma humanidade genérica e universal.

Bem ao contrário. Todos esses povos, grupos étnicos ou tribos que viviam isolados ou integravam dimensões numéricas bem mais respeitáveis, no interior das civilizações citadas, todos eles estavam animados por uma particularidade de seus sistemas de valores que nós, antropólogos, costumamos designar por "etnocentrismo".

O que significa isso? Significa simplesmente, como vocês já devem estar imaginando, que cada tribo, cada grupamento de humanos diferenciados por uma língua própria, uma religião sistematizada e um mito fundador explicativo de uma origem conjectural, considera-se o centro da humanidade. Mais ainda, que todos os outros seres humanos estão errados. Em suas crenças - inclusive naquela mesma de se considerar humanos, - e as recíprocas aqui são dramaticamente verdadeiras -, e em suas presunções de uma superioridade transcendente, em qualquer que seja o registro que se possa considerar.

Como resultado concreto de tudo isso, as guerras - muitas delas se extermínio, como foi o caso de nazistas e judeus há 50 anos atrás e na contemporaneidade os judeus e palestinos/ árabes São orgulhosos, equivocados e intransigentes em suas pretensas teses de superioridade

genéricas, genética ou de outras singularidades. Depois das guerras, ou juntamente com elas, as razzias, os cativeiros e escravidões. Parece mesmo que a única forma de conviver era realizada na relação dominação/dependência que “permitia” uma organização política mais complexa para garantir o compartilhamento de espaços em comum.

As raras e bastante frágeis alianças estratégicas entre tribos e grupos étnicos - mais uma vez, que ocorriam frequentemente na A. do Norte e no continente africano, foram excessões à regra do domínio físico - militar e político, como a criação desde pequenos reinados, juntando em seu seio um número reduzido de tribos e grupos étnicos dependentes e servis, até à formação dos grandes conglomerados, as civilizações de que falávamos, em alguns casos com algumas centenas de grupos étnicos sob sua égide. As antigas civilizações Indiana e Chinesa, são um exemplo patentado dessas macro-conformações ou conglomerados que antecedem às extensas nações modernas.

Cabe aqui lembrar, de passagem, que os Impérios, na Antiguidade, como o Império Romano, o Império Mongol e, mais recentemente o Império Britânico, são sempre expressões políticas mais

instáveis e “distendidas”. por assim dizer - fruto ocasional de batalhas ede conquistas. Atentemos para o exemplo do Império Napoleônico, bastante elucidativo- portanto, marcados por uma certa dimensão de precaridade, mas que tem uma Civilização como o distintivo de uma perenidade, se não definitiva, ao menos bastante duradora, à sua base. É o caso, respectivamente, da Civilização Persa, da Civilização Helênica (da Grécia Antiga) e da Civilização Romana, bem como da própria Civilização Árabe.

Tanto para efeito de dominação propriamente dita, através da escrita e de suas simbologias que se manifestam tão correntemente até hoje por numerosas registros, como, para efeito de controle administrativo e de provimento de bens e de justiça, a escrita torna-se um instrumento extremamente cultivado, por sua eficácia e abrangência, bem além de âmbito dos sinais, típicos instrumentos das culturas orais.

Através dela também se promove, o que é talvez a sua função maior, o saber, o conhecimento diferenciado juntamente à consciência de um pertencimento grupal ou coletivo, maior, mais abrangente, que aquele anteriormente transmitido pelo e para o horizonte familiar ou grupal,

obrigatoriamente. e principalmente circunscrito a um local, às linhas do horizonte, físico e concreto.

No entanto, durante o período e no interior desses Impérios efêmeros e de civilizações duradouras, produz-se a dimensão de pertencimento grupal, no interior de uma óptica /ou viés “naturalmente” derivado de concepções que no plano ideológico justificava com alibis geralmente da ordem do transcendente / religioso, a dominação no imanente. Este, rotineiro e material. A Escola e os preceptores, eram Escolas Reais ou Imperiais e os Educadores formavam os príncipes e nobres nas artes e no conhecimento para a dominação.

DESSACRALIZAÇÃO E NAÇÃO

Até o advento do mundo moderno, todas as sociedades, portanto, operavam uma tomada de consciência de sua totalidade - portanto, de deveres e direitos da pessoa em relação a seu grupo/ etnia - a partir da origem religiosa, transcendental, da Sociedade. É como se, ao pertencer a um grupo

auto-denominado (tribo, etnia, etc...), a pessoa já tivesse definida sua origem sagrada. Pertencer a um grupo, portanto, era garantir sua origem divina, sua ligação com Deus.

Daí, a dívida da pessoa para com o coletivo: este, sozinho (e somente através dele) produzia uma dimensão de marcação distintiva em relação ao plano das referências de origem. Daí, igualmente, importância do grupo, do coletivo: portanto, de garantir a Coesão Social, força mantenedora e até certo ponto, fonte de uma consciência de “necessidade” do social. Seria interessante chamar a atenção, neste ponto, para o fato de que todas as sociedades humanas produzem, introjetados no inconsciente - essa “necessidade” da vigilância e de cobrança de solidariedade e coesão grupal, vis a vis do “fantasma”, bastante genérico nas sociedades humanas, de dissolução social.

Muitos “progroons”, muitas inquisições e ordalias de todos os tipos foram levados a termo por grupos sociais, os mais diversos, com a justificativa de que determinados comportamentos e posturas ameaçavam o funcionamento da sociedade, quer em seu compromisso com Deus, quer na normatização das relações entre homens.

Essa visão de origem religiosa, ou sagrada, do social - que, como vimos, é fonte inconsciente da Coesão Social, através de um sutil mecanismo que descrevemos - , sucumbe com a entrada dos países na Era Moderna.

O que ocorre, na modernidade? Em primeiro lugar “dessacraliza-se”, como dissemos, a origem das sociedades. De transcendentais, passam a imanentes, ou seja: criadas a partir de seus próprios conteúdos, e não provenientes de origens e “materiais” extrínsecos. Percebe-se, pela primeira vez, que o Social tem sua origem em uma “convenção”, um “contrato” de convivência e solidariedade, regulador das trocas (de palavras, de coisas e de mulheres, para o casamento, como afirmam os estruturalistas) entre os homens.

Nesta altura seria interessante indicar-se a leitura, tanto do “Contrato Social, de J.J. Rousseau, quanto do “Leviatã”, de Hobbes. Este, inglês e aquele, franco-suíço. Note-se igualmente que esses dois pensadores, como muitos outros filósofos sociais, de menor envergadura que trataram do tema, pertencem ao final do século XVII e começo do século XVIII.

Justamente no período de intensa efervescência intelectual e política que antecede à Revolução Francesa e à Declaração Universal dos Direitos do Homem. Vale aqui, de passagem, um comentário sobre as teses, tanto de Rousseau, quanto de Hobbes, sobre a origem da sociedade. Para o primeiro, grande educador e preceptor de príncipes e nobres, os seres humanos nascem bons e as sociedades que os recebem estando em parte corrompidas, degradam o cidadão. O Estado seria então, no seio das Sociedades Humanas, o aparato que o protege contra esse poder corrosivo do social. Hobbes, ao contrário, afirma que os seres humanos nascem malignos, com instinto de agressividade assassina, e somente a educação através da Sociedade, o limita nessa pulsão destruidora e corrosiva.

Na verdade, no plano das pulsões emocionais, foi preciso esperar até fins do século XIX, com Freud, para se saber que o ser humano nasce imbuido dessas duas dimensões aparentemente contraditórias e mutuamente excludentes: o amor e o ódio.

Voltando, podemos dizer que a partir do momento em que se percebe, se forma a consciencia de que o Social não é uma dádiva celeste,

dos deuses, mas uma invenção. uma arte (ou artifício) humana. era necessário produzir-se uma outra fonte, ou garantia, para a Coesão Social. para a vida regulada em sociedade. Portanto, algo que não pairasse mais nas alturas de uma etérea e destronada sacralidade. Com a decapitação dos reis e a caça à alta nobreza, desbanca-se também, no mesmo ato, a transcendência religiosa das Sociedades.

Era preciso, como dissemos, identificar, produzir e intronizar um novo fulcro orientador da Coesão Social. Foi-se buscar essa dimensão em dois conceitos novos: República e Nação. É importante analisar, ao menos superficialmente, que seja, esses dois conceitos e suas implicações com a Coesão Social, com o contrato Social, a reciprocidade e mutualidade difusas, extensas e continuadas em que se constituem as sociedades modernas. República encarna, por assim dizer, a materialidade estática e conceitual, mais para a concretude, que para os ideais das sociedades, modernas: o que era do Rei, das monarquias e da Igreja, passa a ser “Res Publica”, coisa pública, bem de todos, do povo.

Já Nação, é um conceito mais abstrato e ideologicamente abrangente, que envolve dimensões muito claras, distintas entre si,

necessárias e suficientes: um povo (gente: não importam mais etnias, “raças”, etc...), país (território delimitado onde esse povo exerce seu poder soberano), e finalmente, um ideal ou projeto. Chamemos a atenção para o fato de que cada nação moderna produz, por assim dizer, ideais centrais, ou projetos coletivos ou nacionais que geralmente não coincidem de uma nação para a outra. Tomemos dois exemplos: do Brasil e da França. Entre nós, quando foi ditado o fim do Império e proclamada a República, os ideias da nação brasileira centraram-se nos valores positivistas, cartilha na qual a totalidade de nossas abolicionistas e republicanos “beberam”.

Daí, Ordem e Progresso, e, como corolário, o Desenvolvimento, que é por assim dizer nossa bandeira do dia a dia político, agora enxertada do comandamento mais recente de justiça social (para as mulheres, os negros, os índios, as sem-terra, os sem-teto, etc...). Vem daí justamente a dimensão de coesão social, de responsabilidade coletiva para com o destinos de todos.

Na França, somente para estabelecermos um paralelo, os valores centrais da nação Francesa sempre foram, e continuam sendo, de igualdade e liberdade, portanto, de justiça social com o reconhecimento dos direitos de cidadãos livres, burgueses (dos burgos, e, não, servos agricultores/ pastores).

O termo fraternidade que aparece na Revolução Francesa e nas bandeiras da nação francesa e sua República, desde então, reforça a coesão social e lembra as origens, maçônicas, de “confrades”, irmãos fraternos, dos pais fundadores da República e da nação francesa. Tudo pronto, desde então, para que a coesão social se fizesse.

Mesmo o elo que faltava na corrente - a designação de um grupo que prioritariamente se encarregaria de cultivar esses valores e transmiti-los aos jovens, na França, ficou claramente definido: os mestres, professores e professoras principalmente da escola primária e do secundário (os Liceus). Ou seja, desde 1870 e do advento da IIIª República, depois de Napoleão e da tentativa da Restauração (da monarquia) por Louis Philippe, a França, particularmente, com o primeiro ministro Jules Ferry, reestruturou todo seu sistema de ensino, voltado desde então para a transmissão e reprodução do saber e das técnicas, assim como para a formação de cidadãos.

A coesão social recai claramente, tanto lá, como em todas as nações do mundo moderno, sob a responsabilidade dos formadores (mestres e professores). Aos pais cabe ensinar a ética e a moral, as regras da convivência e da continência pessoal, dos valores pessoais.

Aos mestre, o ensino dos valores nacionais, grupais, da nação. produzindo, ainda uma vez, como efeito, a coesão social. Talvez isso nas falte dramaticamente. E, em matéria de criança e juventude, nunca é tarde, mas é sempre urgente iniciar.